



**LEVANTAMENTO  
DO CONTEXTO DAS  
COMUNIDADES QUILOMBOLAS  
NO ESTADO DO PIAUÍ**

Teresina  
2023



## **RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO DO CONTEXTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESTADO DO PIAUÍ**

**TC/009770/2023**

**Exercício de Referência: 2022/2023**

**Tipo de processo** Levantamento

**Relator(a)** Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

**Procurador(a)** Leandro Maciel do Nascimento

**Ato originário:** Resolução TCE/PI nº 40/2022

**Objetivos:**

O objetivo geral desta fiscalização consiste em elaborar o diagnóstico sobre a efetivação das políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas e identificar os problemas por elas enfrentados para subsidiar futuras auditorias.

**Composição da equipe de fiscalização:**

<b>Nome</b>	<b>Matrícula</b>
Flávia Laíssa Rocha Moraes – Auditora de Controle Externo	97.845
Maria Clara de Sena Rosal Martins – Consultora de Controle Externo	98.610
Mamadú Saido Djaló – Auxiliar de Operação	98.847
<b>Supervisor</b> Ângela Vilarinho da Rocha Silva	
<b>Credenciamento</b> Portaria nº 519/2023	

## ILUSTRAÇÕES DO RELATÓRIO

### - Figuras

Figura 1-1- Objetivos Específicos.....	6
Figura 2-1 – Distribuição dos quilombolas em territórios delimitados e não delimitados oficialmente .....	10
Figura 3-1- Base normativa .....	14
Figura 3-2 – Eixos de ações do Programa Brasil Quilombola.....	15
Figura 4-1-Distribuição territorial dos quilombolas no Estado do Piauí.....	16
Figura 4-2 – Atividades Econômicas exercidas nas comunidades quilombolas.....	21
Figura 4-3-Quantitativo de pessoas com ausência de documentação nas comunidades quilombolas .....	22
Figura 4-4 – Pessoas alfabetizadas nas comunidades quilombolas.....	24
Figura 4-5 Avaliação do acesso à saúde nas comunidades quilombolas .....	26
Figura 4-6 – Principais doenças que acometem a população quilombola.....	27
Figura 4-7 - Avaliação acerca da segurança nas comunidades quilombolas.....	27
Figura 4-8 Problemas de infraestrutura que atingem as comunidades quilombolas .....	30
Figura 4-9 - Classificação da Política de assistência social nas comunidades quilombolas .....	31
Figura 4-10 População beneficiada por programas de transferência de renda do governo nas comunidades quilombolas.....	32
Figura 4-11 - Efetividade das políticas públicas na sua comunidade quilombola .....	40

### - Tabelas

Tabela 1 – População dos territórios quilombolas oficialmente delimitados no Piauí em 2022 .....	11
Tabela 2 – Distribuição por núcleo ao Território Lagoas.....	17
Tabela 3 - Número de famílias, população das comunidades quilombolas e município a qual pertencem: .....	18
Tabela 4 - Quantidade de crianças quilombolas residentes nas comunidades.....	19
Tabela 5 – Participação das comunidades no planejamento governamental dos municípios em que se inserem.....	19
Tabela 6 – Comunidades que receberam recursos públicos específicos nos exercícios de 2021 a 2023. ....	20
Tabela 7 – Segurança nas comunidades quilombolas.....	28

Tabela 8- Respostas acerca do acesso às comunidades quilombolas .....	29
Tabela 9 – Saneamento básico nas comunidades quilombolas .....	29
Tabela 10 – Serviços de assistência social nas comunidades quilombolas .....	32
Tabela 11 – Principais problemas referentes à política de assistência social nas comunidades quilombolas.....	33
Tabela 12 - Projetos relacionados a serviços de assistência técnica e extensão rural .....	34
Tabela 13 - Fonte de recursos e entidade executora dos projetos.....	35
Tabela 14 - Projetos relacionados à assistência técnica e extensão rural que deveriam ter sido implementados e não foram .....	36
Tabela 15 - Outras informações referentes a projetos de extensão rural.....	37
Tabela 16 - Programas ou direcionamento de recursos voltados para a melhoria habitacional ou construção de casas nos últimos cinco anos.....	38
Tabela 17 - Projetos culturais direcionados à comunidade quilombola nos últimos cinco anos.....	38
Tabela 18 - Áreas em que as políticas públicas ainda precisam ser aprimoradas na comunidade.....	39

## SUMÁRIO

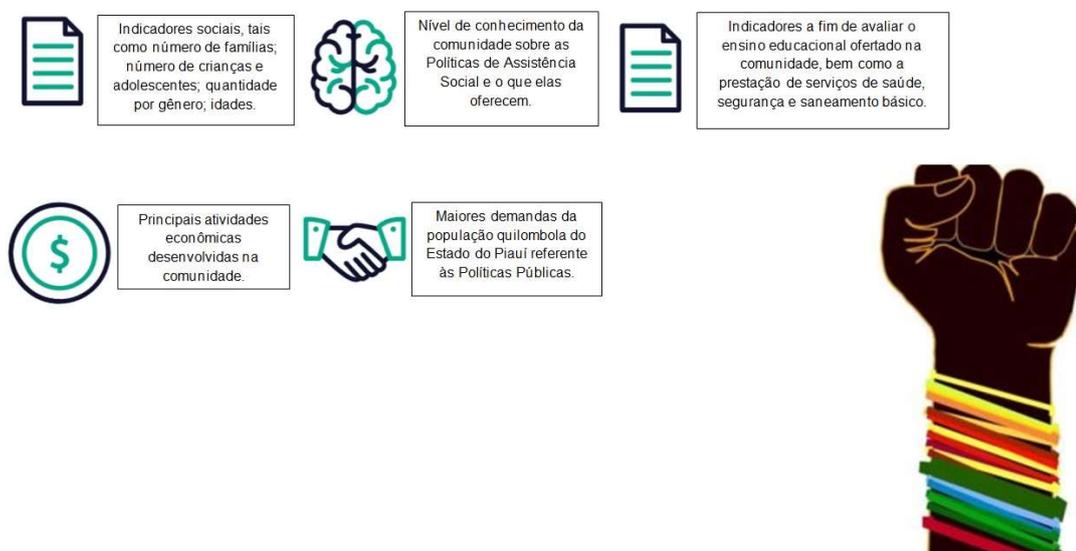
1. INTRODUÇÃO .....	6
1.1. Objetivo e Escopo .....	6
1.2. Metodologia.....	6
1.3. Justificativa.....	9
2. VISÃO GERAL DO OBJETO .....	9
3. BASE NORMATIVA .....	12
4. LEVANTAMENTO DO CONTEXTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESTADO DO PIAUÍ.....	16
4.1. Dados Gerais.....	16
4.2. Educação nas comunidades quilombolas.....	23
4.3. Saúde nas comunidades quilombolas.....	24
4.4. Segurança nas comunidades quilombolas.....	27
4.5. Infraestrutura nas comunidades quilombolas.....	28
4.6. Política de assistência social nas comunidades quilombolas.....	31
5. INSPEÇÕES IN LOCO REALIZADAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	40
5.1. Núcleo Xique Xique – Município de São Lourenço.....	41
5.2. Núcleo Angical – Município Fartura do Piauí.....	42
5.3. Núcleo Lagoa das Emas – Município São Raimundo Nonato.....	43
6. CONCLUSÃO .....	44
6.1. Da colaboração, da inclusão e do diálogo nas políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas .....	46
7. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS.....	47

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Objetivo e Escopo

O objetivo geral desta fiscalização consiste em elaborar o diagnóstico da realidade das comunidades quilombolas no Estado do Piauí e identificar os problemas por elas enfrentados para subsidiar futuras auditorias. São objetivos específicos apresentar informações relativas aos quilombos em face dos seguintes aspectos:

Figura 1-1- Objetivos Específicos



### 1.2. Metodologia

O Levantamento é um dos instrumentos de fiscalização disponíveis para serem realizados pelo controle externo. Possui arrimo jurídico no artigo 177, IV, c/c artigo 181 da Resolução TCE-PI nº 13/2011 (Regimento Interno), bem como regulamentação através da Resolução TCE/PI Nº 10/2020, de 10 de setembro de 2020, tendo como finalidades: (i) conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e das entidades da administração direta, indireta e fundacional do Estado e dos Municípios, incluindo fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, assim como dos sistemas, dos

programas e das ações governamentais sob os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial; (ii) definir o objeto de futura fiscalização; (iii) indicar os meios e os instrumentos a serem aplicados em futura fiscalização e (iv) avaliar a viabilidade da realização da fiscalização.

O presente trabalho fundamenta-se na necessidade da verificação da efetividade das ações, programas, projetos e atividades relacionadas às comunidades quilombolas. Para isso, compreendeu a existência de políticas públicas direcionadas aos quilombos no Estado do Piauí, bem como titulação e regularização fundiária; quantitativo de comunidades quilombolas e questões relacionadas ao saneamento, saúde, educação, assistência social e cultura quilombola nos exercícios de 2022 e 2023.

Para definição do objetivo e escopo foram realizadas pesquisas em notícias e portais da internet, consultas à legislação correspondente, reuniões com líderes das comunidades quilombolas, levantamento de informações acerca do quantitativo e distribuição das comunidades no âmbito dos municípios do Estado do Piauí, visitas a comunidades quilombolas, realização de entrevistas e envio de questionários para coleta de informações. Ademais, foram utilizados como parâmetro dados disponibilizados no site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como nos Sistemas Informatizados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e sítio eletrônico da Fundação Palmares.

Para a realização deste trabalho, fora elaborado e aplicado um questionário contendo 38 (trinta e oito) quesitos, abrangendo perguntas fechadas e abertas sobre os seguintes temas: caracterização e quantitativo dos membros da comunidade quanto ao gênero, idades e outros; processos de titulação; conhecimento da política de assistência social pelos membros das comunidades; inclusão em planejamento governamental ou recebimento de dotação/recurso específico; litígio de terra; ausência de documentação civil; economia e fontes de renda; bem como quais as necessidades desses grupos no que tange às principais funções de governo.

Ao todo, foram enviados 111 e-mails aos líderes comunitários. Destes, 90 foram respondidos, contudo, destaca-se que alguns núcleos ou comunidades

contemplaram respostas de outras. A exemplo, cita-se o Núcleo Lagoa das Emas, localizado no município de São Raimundo Nonato, cujas respostas correspondiam à realidade da soma de 14 (quatorze) comunidades.

Oportuno consignar que há algumas inconsistências nos quantitativos obtidos em razão de alguns núcleos responderem por mais de uma comunidade, bem como algumas questões estão vazias ou não respondidas. Além disso, destaca-se que as visitas presenciais somente ocorreram em algumas comunidades.

Deve-se levar em consideração ainda que as informações obtidas através dos questionários são de natureza declaratória e de veracidade presumida, o que pode ter gerado distorções e inconsistências não percebidas ao longo do estudo, não sendo possível validar todos os dados apresentados.

A partir dos dados obtidos da aplicação do questionário, buscou-se traçar o perfil socioeconômico das comunidades quilombolas, bem como vislumbrar sua distribuição geográfica no Estado do Piauí, as atividades econômicas por eles desenvolvidas, a qualidade dos serviços prestados no âmbito das comunidades, a fim de possibilitar uma visualização geral da situação dessa população, em especial de suas vulnerabilidades e suas maiores demandas, bem como se buscou identificar a existência de políticas públicas específicas e contextualizadas voltadas a sanar tais vulnerabilidades eventualmente identificadas.

Foram realizadas, ainda, reuniões e entrevistas com membros do governo estadual, bem como com representantes das comunidades quilombolas, a fim de obter informações acerca da situação atual dessas comunidades no estado do Piauí.

### 1.3. Justificativa

Para realizar futuras auditorias, a fim de propor melhorias para a situação atual dos membros das comunidades quilombolas do estado do Piauí, em função de suas reais necessidades, é preciso, antes de tudo, conhecer a realidade por eles vivenciada, bem como as dificuldades enfrentadas diariamente. A partir desse diagnóstico, espera-se poder direcionar as políticas públicas, contextualizando-as à realidade das comunidades, respeitando sua identidade cultural e voltando-se à erradicação da marginalização histórica suportada por essa população, de modo a proporcionar uma melhor qualidade de vida.

## **2. VISÃO GERAL DO OBJETO**

Conforme a definição constante no Decreto nº 4.887/2003, os quilombos são grupos étnico-raciais segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Assim é que, no cenário atual, os descendentes de africanos que se encontram organizados em associações quilombolas, passaram a reivindicar o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores.

Diante de tal conjuntura, o estado brasileiro, quanto ao reconhecimento das terras indígenas e quilombolas, tem procedido à decretação de áreas reservadas, bem como publicação de legislação protetora e implementação de instituições e projetos sociais, nos termos do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, o qual aduz que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado lhes emitir os títulos respectivos”. Logo, a Carta Magna cria a obrigação da formulação de políticas públicas de proteção aos quilombolas, principalmente quanto à delimitação, demarcação e titulação de suas terras.

De acordo com os dados divulgados pelo Programa Brasil Quilombola<sup>1</sup>, baseados em informações disponíveis sobre as famílias quilombolas cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais, em janeiro de 2013 estimava-se a existência de 214 mil famílias e 1,17 milhão de quilombolas em todo o Brasil. No entanto, segundo o Censo Demográfico 2022 fornecido pelo IBGE, houve um aumento considerável nos quantitativos, sendo considerado, atualmente, a existência de 1.327.802 pessoas quilombolas no Brasil, cuja maioria concentra-se na região Nordeste.

No que tange ao Estado do Piauí, em específico, de acordo com o Censo Demográfico 2022, observa-se que foram contadas 31.686 pessoas quilombolas, o que representa cerca de 0,97% da população, indicador este, superior à média do país. Destaca-se, ainda, que dentre o número de pessoas recenseadas como quilombolas, somente um total de 8.411 pessoas residem efetivamente em territórios quilombolas oficialmente delimitados, conforme porcentagem discriminada em gráfico abaixo:

Figura 2-1 – Distribuição dos quilombolas em territórios delimitados e não delimitados oficialmente



Fonte: Censo Demográfico 2022 - IBGE

Por sua vez, dentro dos territórios quilombolas, nem todos chegaram a concluir o processo de regularização fundiária com o recebimento da titulação das terras

<sup>1</sup> O Programa Brasil Quilombola compreende um conjunto de ações, denominada “Agenda Social Quilombola” (Decreto nº 6.261/2007), voltadas para a melhoria das condições de vida e ampliação do acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem em comunidades de quilombos no Brasil. Essas ações são desenvolvidas de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução dessas ações. A Agenda Social Quilombola compreende ações voltadas aos seguintes eixos: Acesso a Terra; Infraestrutura e Qualidade de Vida; Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e Direitos e Cidadania (Fonte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas/programa-brasil-quilombola>).

por órgão de estado. Assim, no Piauí, apenas 1.785 pessoas residem em territórios quilombolas com titulação das terras, ou seja, 5,63% do total de quilombolas do Estado, enquanto 29.901 pessoas residem fora de territórios titulados, cerca de 94,37% da população total quilombola.

Não obstante, ainda de acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Piauí, há 14 territórios quilombolas oficialmente delimitados. Segue, abaixo, a listagem completa dos territórios com sua respectiva população:

Tabela 1 – População dos territórios quilombolas oficialmente delimitados no Piauí em 2022

Classificação	Território Quilombola por Unidade da Federação	População (hab.)
1	Lagoas (PI)	5.042
2	Riacho dos Negros (PI)	668
3	Fazenda Nova (PI)	531
4	Sítio Velho (PI)	526
5	Morrinhos (PI)	370
6	Volta do Campo Grande (PI)	276
7	Vila São João / Cavalos (PI)	235
8	Mimbó (PI)	177
9	Macacos (PI)	172
10	Contente (PI)	147
11	Sumidouro (PI)	109
12	Tapuio (PI)	76
13	Olho D'água dos Pires (PI)	55
14	Sabonete (PI)	27

Fonte: Censo Demográfico 2022 - IBGE

Esclarecendo o processo de posse definitiva das terras para as comunidades quilombolas, tem-se que esta passa por diferentes fases: autorreconhecimento, certificação e processo de titulação. A primeira etapa consiste no processo interno de fortalecimento e autorreconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, enquanto a segunda etapa compreende um processo formal no qual solicita-se a certificação junto à Fundação Cultural Palmares.

Nota-se, nesse quesito, que de acordo com a tabela atualizada de comunidades certificadas disponibilizada na plataforma digital de relacionamento do cidadão com o

governo federal brasileiro (gov.br), há divergência quanto ao número de comunidades certificadas no Estado do Piauí que totalizam o quantitativo de 89 comunidades e o número de territórios quilombolas oficialmente delimitados que perfazem 14 territórios. Com isso, verifica-se que muitas comunidades não concluem o processo de titulação, que consiste em adquirir o documento definitivo de posse da terra emitida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o que dificulta o processo de preservação da identidade das comunidades e respeito ao vínculo com a cultura e ancestralidade.

### **3. BASE NORMATIVA**

Com a Constituição Federal de 1988, o termo “*quilombo*” teve seu conceito ampliado de modo que na atualidade é considerado toda área ocupada por comunidades remanescentes dos antigos quilombos. Este alargamento conceitual acerca da definição de quilombo permitiu a construção de um rol de políticas públicas voltadas exclusivamente para as necessidades territoriais, sociais, econômicas e culturais das comunidades quilombolas, estejam elas nos centros urbanos ou no meio rural.

Em consonância com estas ações, podem ser elencados artigos constitucionais, instruções, decretos e outras regulamentações que dispõem sobre os compromissos firmados entre o Estado e as populações quilombolas. À exemplo, temos o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, o qual afirma que “*aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos*”, bem como o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que visa garantir, além da posse de terras, uma melhor qualidade de vida aos quilombolas a partir da regulamentação do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos.

Além disso, as comunidades tradicionais estão inseridas nas ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com base em regulamentações como o

Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, para o qual povos e comunidades tradicionais são *"grupos sociais culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais e que possuem formas próprias de organização social. Estes grupos utilizam seus territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, por meio de conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição"*.

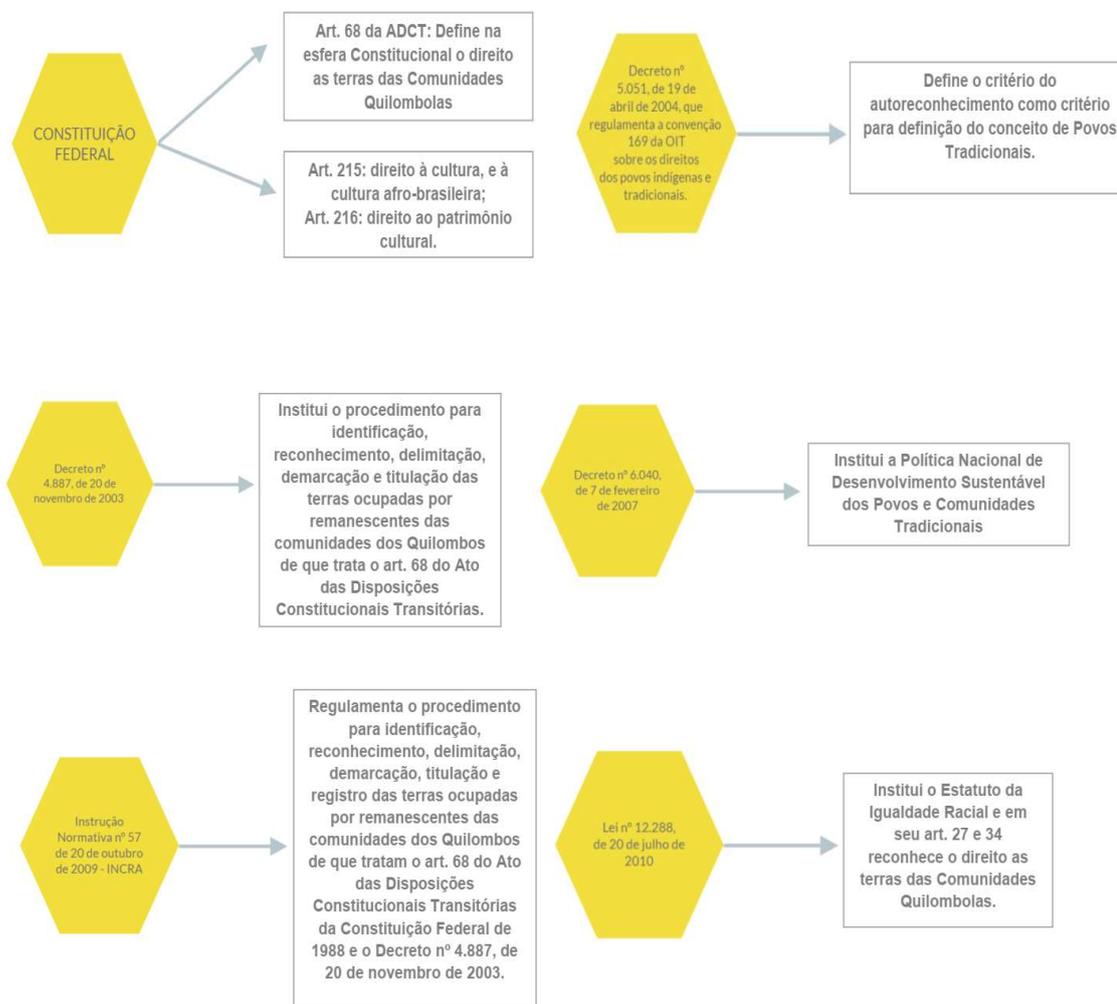
Oportuno destacar também a Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, que ressalta a autoidentificação dos povos enquanto um importante processo para o fortalecimento não somente das identidades quilombolas como também das políticas públicas voltadas para estas populações específicas. Tal Convenção foi ratificada pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, e promulgada pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, recentemente positivada no Decreto nº 10.088, de 05 de novembro de 2019, que consolidou todos os atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da OIT.

Por conseguinte, de igual importância, é também a consideração dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, os quais reconhecem os direitos das comunidades quilombolas no que diz respeito ao resguardo das manifestações culturais das populações afro-brasileiras, bem como a necessidade de proteção de seu patrimônio material e simbólico.

Isto posto, têm-se que os citados dispositivos jurídico-formais refletem não somente o processo de reconhecimento de domínio e a consequente expedição de título de propriedade definitiva, principal reivindicação desses grupos, mas também insere estas populações em políticas afirmativas que envolvem ações e programas governamentais transversais.

Pode-se sintetizar os principais instrumentos normativos referentes às comunidades quilombolas em:

Figura 3-1- Base normativa

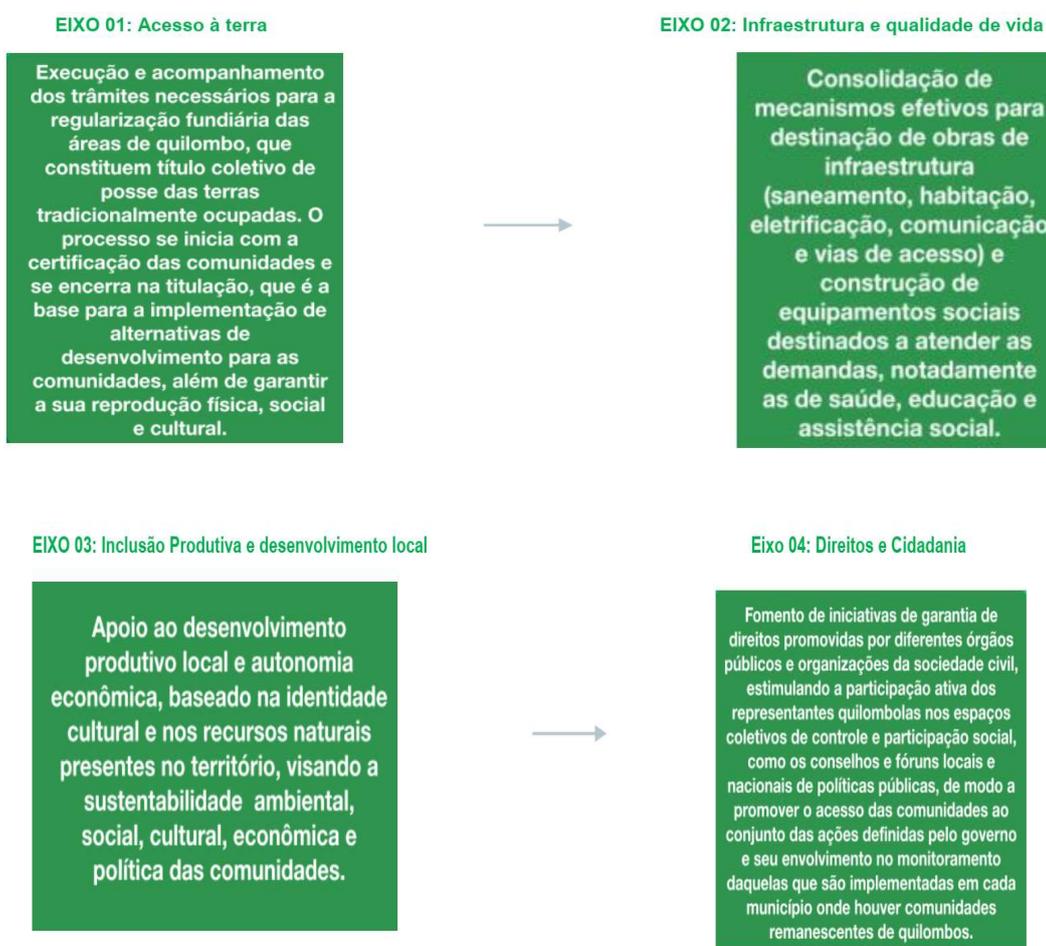


Destarte, relativo à legislação específica do Estado do Piauí no que tange à comunidade quilombola, cita-se a Lei Estadual nº 5.595 de 2006, a qual dispõe sobre a regularização fundiária de áreas ocupadas por remanescentes de Comunidades dos Quilombos; bem como o Decreto Estadual do Piauí nº 14.625 de 2011 que regulamenta a lei anterior e dá providências correlatas. Não obstante, também concernente à regularização fundiária, cumpre citar a Lei Estadual nº 7.292 de 2019.

Nota-se, no entanto, que o arcabouço legal referente à Comunidade Quilombola, em sua maioria, trata das questões referentes à terra e seu acesso. No que tange às ações afirmativas e implementação de políticas públicas, merece destaque o “Programa Brasil

Quilombola”, cuja institucionalização foi ampliada com a publicação do Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007, reunindo todas as ações dos órgãos públicos federais voltadas para essas comunidades e estrutura suas medidas sociais em quatro eixos principais de ações:

Figura 3-2 – Eixos de ações do Programa Brasil Quilombola



## **4. LEVANTAMENTO DO CONTEXTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESTADO DO PIAUÍ**

### **4.1. Dados Gerais**

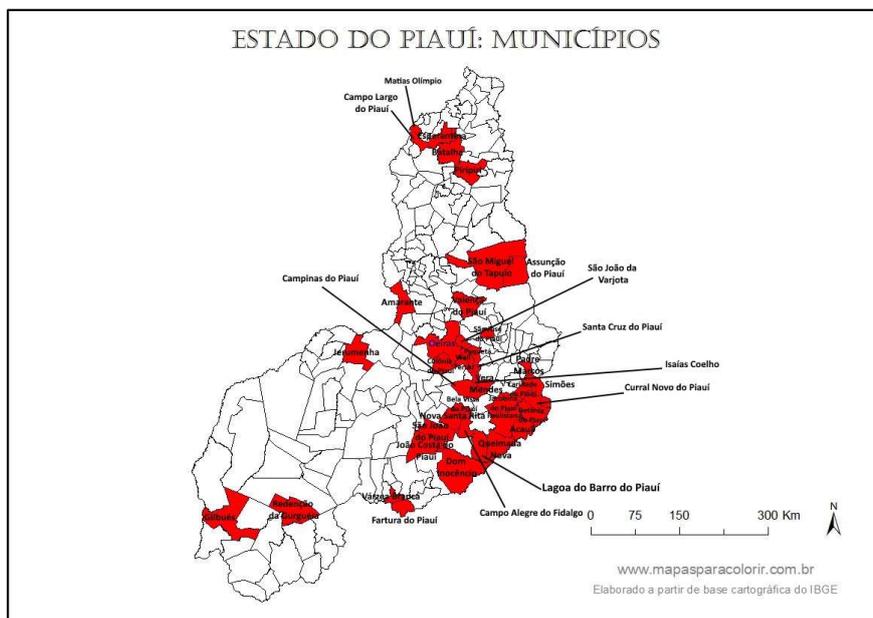
A política de assistência social tem como alguns dos seus objetivos a proteção social das pessoas em situações de vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos. Com efeito, um de seus públicos-usuários constitui-se pela população quilombola, assistida por políticas públicas específicas.

Contudo, apesar do avanço nas políticas sociais no Brasil, muitas comunidades tradicionais brasileiras localizadas em áreas de difícil acesso ainda vivem em situação de risco. No Estado do Piauí, por exemplo, considerando o questionário aplicado pela Divisão de Fiscalização de Assistência Social e Outras Políticas Públicas – DFPP4 do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, bem como, considerando as respostas recebidas através dos 111 e-mails enviados aos líderes de comunidades, nota-se grande vulnerabilidade social em dimensões como o acesso à água tratada, saúde, assistência social, saneamento básico e educação.

O presente levantamento possui o intento de reunir informações sobre as comunidades com o fito de, principalmente, direcionar as ações de controle externo e, via de consequência, as ações governamentais para as reais necessidades da população quilombola no Estado do Piauí a partir do olhar das suas lideranças. Objetivou-se, também, identificar entre as comunidades, o nível de conhecimento sobre a Política de Assistência Social e o que ela oferece, bem como as maiores demandas da população referente às Políticas Públicas.

As comunidades quilombolas estão presentes em quase todas as mesorregiões do Estado do Piauí estando concentradas, principalmente, na região sudeste, conforme mapa a seguir representado.

Figura 4-1-Distribuição territorial dos quilombolas no Estado do Piauí



Com efeito, a região sudeste do Estado também abriga a maior comunidade quilombola do Piauí e, segundo dados do censo IBGE, quarta maior do Brasil, qual seja, o território Lagoas, formado por aproximadamente 118 pequenas comunidades distribuídas em um território de 62.365,8 hectares que abrange seis municípios: São Raimundo Nonato, Fartura do Piauí, Várzea Branca, São Lourenço do Piauí, Dirceu Arcoverde e Bonfim do Piauí.

Tabela 2 – Distribuição por núcleo ao Território Lagoas

Núcleo	Famílias	Pessoas	Comunidades
Núcleo São Victor	300	990	19
Núcleo Xique-Xique	65	223	
Núcleo Lagoa dos Meninos	168	543	12
Núcleo Lagoa da Pedra	185	683	12
Núcleo do Angical	134	458	13
Núcleo Fazenda do Meio	57	222	3
Núcleo lagoa das Emas	206	749	14
Núcleo de Montes Claros	64	151	9
Núcleo de Umburana	43	148	4
Núcleo do Espinheiro	117	391	10

Núcleo da Lagoa Nova	93	360	6
Núcleo Lagoa da Firmeza	66	210	8
<b>Total</b>	<b>1498</b>	<b>5128</b>	<b>118</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

Em termos populacionais, o território Lagoas, de acordo com o IBGE, possui a população de pouco mais de 5.000 habitantes, contudo, apenas seis núcleos responderam ao questionário enviado: “Núcleo Angical” e “Núcleo Fazenda do Meio”, ambos do município de Fartura do Piauí; “Núcleo Xique Xique” do município de São Lourenço; “Núcleo Lagoa das Emas” do município de São Raimundo Nonato; “Núcleo Umburana” e “Núcleo Montes Claros”, ambos do município de Várzea Branca. Esses núcleos, de acordo com as respostas enviadas, perfazem a soma de cinquenta e duas comunidades e população de aproximadamente 2.072 pessoas (deste número exclui-se o núcleo Montes Claros por ausência de resposta quanto ao quantitativo populacional). No entanto, nota-se divergência quanto aos dados apresentados pelo IBGE, segundo o qual a soma do quantitativo populacional dos núcleos citados constitui o número de 1.951 quilombolas.

Ademais, além das comunidades pertencentes ao território Lagoas, insta citar outras 15 comunidades que, dentre as respostas recebidas, possuíam os maiores quantitativos populacionais, conforme tabela com discriminação do nº de famílias, população e município pertencente:

Tabela 3 - Número de famílias, população das comunidades quilombolas e município a qual pertencem:

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Nº de famílias</b>	<b>População</b>
<b>Bairro Vermelho</b>	Paulistana-PI	182	583
<b>Sítio Velho</b>	Assunção do Piauí	166	540
<b>Mimbó</b>	Amarante-PI	154	527
<b>Campo Alegre do Fidalgo</b>	Santa Maria do Canto-PI	170	526
<b>Serra dos Rafaelis</b>	Simões-PI	74	450
<b>Olho D'Água dos Pires</b>	Esperantina-PI	102	404
<b>Angical</b>	Colônia do Piauí	135	400
<b>Salinas</b>	Campinas do Piauí	117	400
<b>Baixa da onça</b>	Queimada Nova – PI	85	400
<b>Saco do Curtume</b>	São João do Piauí	133	373
<b>Mourões</b>	Colônia do Piauí-PI	120	360
<b>Ponto Fazenda Frade</b>	Oeiras-PI	153	359
<b>Sussuarana</b>	Piripiri-PI	86	344
<b>Canabrava dos Amaros</b>	Paquetá-PI	58	300
<b>Lagoa Carnaíbas</b>	Bela Vista do Piauí	59	300

Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Tratando, ainda, dos quantitativos e informações gerais das comunidades, ao serem questionadas acerca da quantidade de crianças quilombolas residentes, encontra-se os seguintes números:

Tabela 4 - Quantidade de crianças quilombolas residentes nas comunidades

<b>Faixa etária analisada</b>	<b>Quantidade encontrada em todas as comunidades que responderam ao questionário</b>	<b>Comunidade com mais membros nesta faixa etária</b>
0 a 6 anos	1659	Comunidade Salinas (município de Campina do Piauí) – 120 crianças
6 a 12 anos	1564	Comunidade Angical (município de Fartura do Piauí) – 98 crianças
12 a 18 anos	1926	Comunidade Saco do Curtume (município de São João do Piauí) – 150 adolescentes

Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Ressalta-se que quanto ao número de crianças entre 6 e 12 anos, não foi contabilizada a resposta da comunidade Veredão do município de Simões-PI, visto que esta informou a existência de 1216 crianças e apenas 164 pessoas na comunidade, o que demonstra inconsistência nas respostas.

Sobre o gênero, poucas comunidades delimitaram a quantidade de pessoas por gênero, não sendo informação suficiente para emissão de conclusão verossímil acerca do tema.

Nas questões sobre inclusão e participação em planejamento governamental, apenas 12 (doze) comunidades afirmaram já ter participado em algum momento:

Tabela 5 – Participação das comunidades no planejamento governamental dos municípios em que se inserem

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Forma de participação</b>
Cabaceira	Caridade Piauí	Quando e no que for solicitado.
Potes	São João da Varjota	Participação em conferências municipais.
Cepisa	São João da Varjota	Participação em reuniões e encontros dentro e fora da comunidade.
Mourões	Colônia do Piauí	Na agricultura familiar, educação, saúde e cultura.
Baixão	Betânia do Piauí	Participa do Conselho Municipal do Garantia SAFRA.
Caboclo	Nova Santa Rita	Participação em reuniões na comunidade.

Angical	Colônia do Piauí	Sempre que possível, a comunidade participa de conferências realizadas pelo município e pelo Estado.
Saco da Várzea	São José do Piauí	Participação no Conselho Merenda Escolar e no desenvolvimento agrário rural Municipal.
Volta do Riacho	Queimada nova	Participação de movimentos quilombolas em Brasília-DF.
Estreito	São João do Piauí	Leis que asseguram os direitos quilombolas.
Carnaúba Amarela	Batalha	Apresentando (pessoas) ou membros para os conselhos municipais.
Curralinhos	Esperantina	Através de reuniões com os órgãos organizacionais.

Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Isto posto, com os dados coletados foi possível perceber que apenas 7 comunidades já receberam dotação específica do governo, direcionadas para: eventos; aulas de reforço na comunidade quilombola; iniciativas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar; assistência social e projeto de casas. Destaca-se que quanto à comunidade que recebeu dotação para a realização de um projeto de casas, esta informou que não houve continuidade por ausência de repasse da segunda parcela. As comunidades que afirmaram o recebimento foram "Barrinha", "Mourões", "Angical", "Riacho dos Negros", "Sítio Velho", "Vila São João Buriti" e "Ponto Fazenda Frade".

Além disso, 15 comunidades receberam nos últimos exercícios (2021-2023) recurso específico destinado à melhoria das condições de vida e ampliação do acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem na comunidade. Destas, 14 especificaram qual o recurso recebido ou sua destinação, conforme discriminado a seguir:

Tabela 6 – Comunidades que receberam recursos públicos específicos nos exercícios de 2021 a 2023.

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Recurso</b>
Cabaceira	Caridade do Piauí-PI	Destinado a calçamento público (a comunidade afirma não lembrar o valor recebido)
Potes	São João da Varjota-PI	A comunidade recebeu R\$200.000,00
Chapada	Jacobina-PI	A comunidade recebeu R\$280.000,00

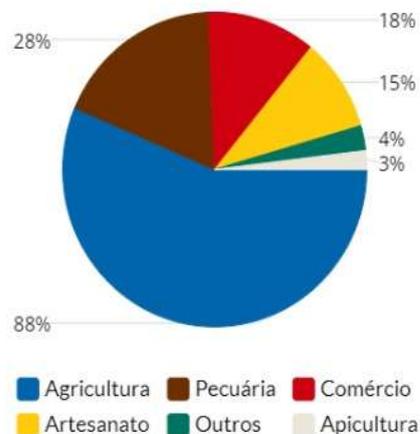
Mimbó	Amarante-PI	Destinado à construção de mirante
Vereda dos Analectos	Esperantina Piauí-PI	A comunidade recebeu R\$80.000,00
Maria	Jacobina-PI	Destinado à PNHR - Programa minha casa minha vida
Marinheiro	Piripiri-PI	A comunidade recebeu R\$20.000,00 para destinar à cultura – projeto da ALD BLANK
Angical	Colônia do Piauí-PI	Destinado à aquisição de produtos dos agricultores familiares dos sócios da Associação
Volta do Riacho	Queimada Nova-PI	Destinado aos agricultores
Estreito	São João do Piauí-PI	Destinado à iluminação pública, construção de quadra esportiva e caixa para apicultura
Conto da Fazenda Frade	Oeiras-PI	Recebimento dos benefícios distribuídos pelo governo através do programa Bolsa Família.
Vila São João Buriti	Campo Largo-PI	Construção de casas em andamento. Aduz que a primeira parcela foi de R\$10.000,00 por cada casa.
Ponto Fazenda Frade	Oeiras-PI	Recebimento dos benefícios distribuídos pelo governo através do programa Bolsa Família.
Santa Maria do Canto	Campo Alegre do Fidalgo-PI	Construção de praça pública com aparelhos e pavimentação em algumas ruas. Informa que recebeu o montante de R\$377.844,42

Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Sobre os tipos de atividades econômicas exercidas nas comunidades, pode-se compreender por meio dos dados recebidos que a base econômica é a agricultura familiar, sendo as demais fontes econômicas, a pecuária, comércio, artesanato, apicultura e outros, como é possível observar a seguir:

Figura 4-2 – Atividades Econômicas exercidas nas comunidades quilombolas

### Atividades Econômicas Desenvolvidas

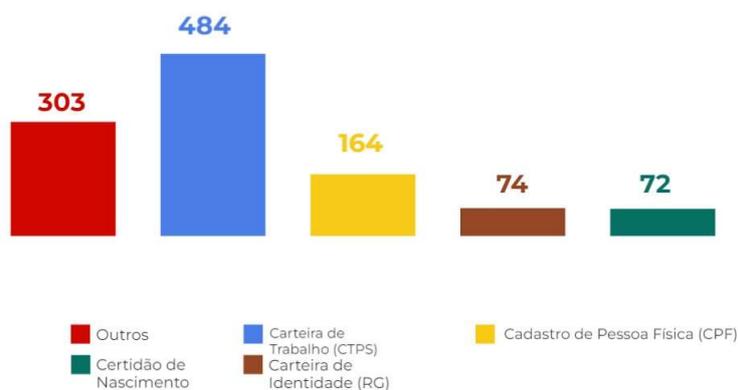


Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Destarte, o questionário também abordou a questão da existência de litígio de terra. Acerca do tema, apenas 17 comunidades afirmaram existir litígio de terra em andamento, enquanto 44 negaram haver e 25 aduziram desconhecer.

Ademais, nas comunidades verifica-se um número considerável de pessoas com documentação faltante, conforme gráfico indicando o número total de pessoas e o respectivo documento.

Figura 4-3-Quantitativo de pessoas com ausência de documentação nas comunidades quilombolas



Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Acerca da política de assistência social, fora questionado sobre o conhecimento das normas e políticas públicas de assistência social quilombola. Analisando as respostas, 21 comunidades afirmaram que toda a população busca o conhecimento. Em 51, a maioria da população diz procurar conhecer a legislação e políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas. No entanto, 14 comunidades aduziram desconhecer a legislação quilombola, bem como as políticas públicas aplicáveis.

Neste passo, o questionário passou a abordar o alcance das políticas públicas nessas comunidades, aplicando questões a fim de verificar as maiores necessidades e demandas nas áreas de saúde, assistência social, educação, infraestrutura, segurança e saneamento básico, conforme detalhado nos tópicos a seguir.

#### 4.2. Educação nas comunidades quilombolas

No que tange à educação, 48 comunidades afirmaram não possuir escolas em funcionamento. Entre as 38 respostas afirmativas para a existência de escola no território, 3 comunidades avaliaram o ensino e infraestrutura como “péssimo”; 3 como “ruim”; 22 comunidades como “regular” e 10 como “boa”. As principais queixas informadas pelos líderes quilombolas foram relativas à merenda de baixa qualidade; ausência de infraestrutura e sala equipada para atender às necessidades dos alunos. Oportuno consignar que uma comunidade se queixou dos banheiros e outra de que não se enquadra dentro do parâmetro de escola quilombola.

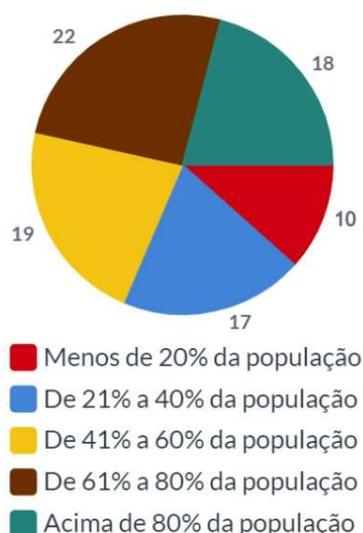
Além disso, somente 12 comunidades afirmaram que a escola constante no local leva em consideração a prática das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, observando-se, assim, que mesmo naquelas comunidades em que há estrutura física de escola, falta representatividade e uma educação contextualizada.

Sobre as comunidades que informaram a existência de escolas no território, nota-se que todas, com exceção da comunidade “Chapada do Encanto” responderam positivamente para a abrangência da educação infantil, enquanto 27 afirmaram conter o ensino fundamental e, apenas 6 compreendiam o ensino médio. Isto posto, sobreleva notar que quando a comunidade não possui escola em funcionamento ou quando esta não

abrange todas as séries necessárias, em sua maioria, há deslocamento para o município mais próximo. Esclarecem que tal deslocamento geralmente é custeado pela família, contudo, algumas comunidades informaram que o município ou Estado assumem as despesas relativas e que por vezes, este é realizado em ônibus escolar.

Ao serem questionadas sobre o percentual de pessoas alfabetizadas na comunidade, as respostas foram, conforme gráfico:

Figura 4-4 – Pessoas alfabetizadas nas comunidades quilombolas



Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

#### 4.3. Saúde nas comunidades quilombolas

No tocante à política de saúde no âmbito dos quilombos, objetivou-se conhecer as características da assistência prestada na atenção básica dirigida aos remanescentes quilombolas, bem como identificar questões como o acesso a postos de saúde e consultórios odontológicos; frequência de atendimento; principais doenças que acometem a população e reivindicações mais relevantes.



**Apenas 28  
comunidades  
quilombolas  
responderam  
possuir posto de  
saúde no local.**

Destarte, a primeira questão relacionada ao tema e apresentada aos líderes quilombolas inquiriu acerca da existência de algum posto de saúde e/ou consultório odontológico na comunidade. Dentre as

respostas apresentadas, 28 responderam positivamente pela existência de postos de saúde e/ou consultórios odontológicos na comunidade, ao passo que 58 comunidades apresentaram resposta negativa quanto a esse quesito.

Quanto à frequência de atendimento médico, 5 comunidades afirmaram nunca haver atendimento médico na comunidade, são estas: Tapuio, Núcleo Fazenda do Meio, Parentina, Mucambo e Núcleo Montes Claros (Lagoas). Destaca-se que a comunidade "Parentina" respondeu afirmativamente para a existência de posto de saúde no local, contudo, observou que este não se encontra em funcionamento. Ademais, outras 37 comunidades marcaram a resposta de que os médicos não atendem no local; uma comunidade (Árvore Verde) respondeu que a frequência de atendimento por equipe médica é muito baixa e uma comunidade (Morrinho) aduziu que os atendimentos dificilmente ocorrem.

Isto posto, 23 comunidades afirmaram receber atendimento de uma a duas vezes na semana, sendo que destas, 15 informaram existir ao menos um posto de saúde no local. Destaque para a comunidade "Belmonte dos Cupiras" que respondeu receber atendimento médico uma vez por semana destinado aos idosos e a comunidade "Bairro Vermelho" que afirmou existir atendimento médico uma vez por semana e por enfermeira três vezes na semana.

Três comunidades alegaram receber atendimento de três a cinco vezes na semana, são estas: Sussuarana, Olho D'Água dos Pires e Saco da Várzea. Evidencia-se que todas responderam ter Unidade Básica de Saúde ou posto no local, contendo de um a três médicos cada.

Relativo às visitas mensais, a comunidade "Carnaúba Amarela" afirmou que o atendimento ocorre mensalmente ou duas vezes na semana em outra localidade vizinha, enquanto 6 comunidades responderam receber atendimento uma vez ao mês; uma comunidade entre uma e duas vezes e; duas comunidades, duas vezes no mês. Cumpre informar que a comunidade "Brejão dos Aipins" respondeu apenas o número "dois", não restando claro se a frequência é mensal ou semanal.

A resposta da comunidade “Ponta do Morro” merece destaque, posto que foi a única que afirmou receber atendimento médico diariamente em posto de saúde local. Contudo, observou que apesar da possibilidade de consultas diárias, há demora na realização de exames. Por fim, relativo à frequência de atendimentos, duas comunidades deixaram de responder, são estas: “Paulistana” e “Tranqueira”.

Não obstante, quanto à presença de médicos, 11 comunidades confirmaram a existência de um médico para atendimento, enquanto uma comunidade comunicou a existência de três profissionais da saúde, dentre estes, uma nutricionista com frequência mensal e uma comunidade com quatro profissionais. Cumpre salientar que 24 comunidades informaram a existência de atendimento realizado por um a três médicos, contudo, ressalta-se que dentre tais comunidades, seis responderam positivamente para a presença de médicos e negativamente para a existência de UBS ou posto de saúde, o que demonstra provável divergência nas respostas recebidas.

Avaliando-se o acesso à saúde e atendimentos, as respostas foram as seguintes:

Figura 4-5 Avaliação do acesso à saúde nas comunidades quilombolas

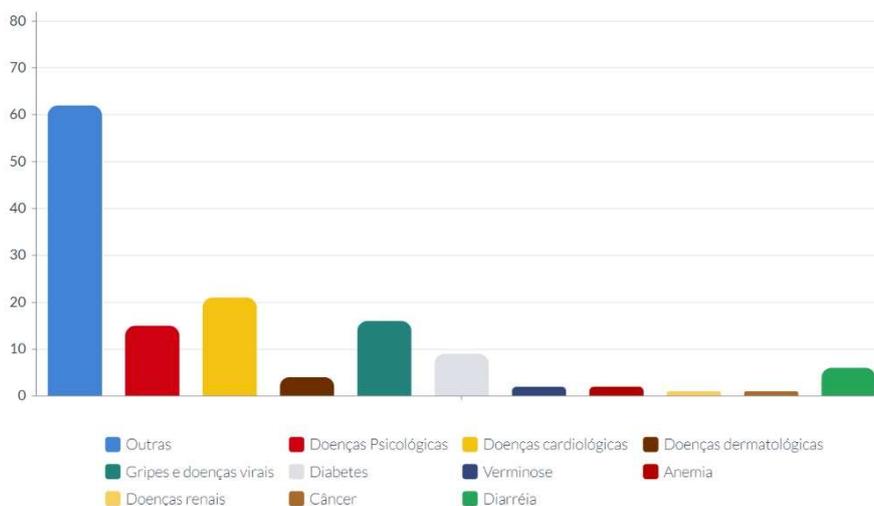


Salienta-se que as principais reclamações consistem em: necessidade de deslocamento para outra localidade e dificuldade de vagas em razão da grande demanda; frequência dos atendimentos insuficiente por não suprir as necessidades da comunidade; falta de insumos básicos para os usuários; estrutura precária; ausência de atendimento

em todas as áreas e; ausência de profissionais específicos como dentistas, ginecologistas e outros.

Quando questionados sobre as principais doenças que acometem a população quilombola, estas demonstraram estar relacionadas a problemas cardiológicos, psicológicos, dermatológicos, bem como gripes e doenças virais, conforme gráfico a seguir.

Figura 4-6 – Principais doenças que acometem a população quilombola



#### 4.4. Segurança nas comunidades quilombolas

Acerca da segurança nas comunidades quilombolas, quando induzidas a avaliá-las, as respostas foram as seguintes:

Figura 4-7 - Avaliação acerca da segurança nas comunidades quilombolas



Tabela 7 – Segurança nas comunidades quilombolas

<b>Classificação</b>	<b>Nº de comunidades</b>	<b>Justificativas</b>
Segurança boa ou excelente	27 comunidades	As justificativas, em sua maioria, são de que não há índice de criminalidade e a segurança é realizada pela própria população, posto que todos são, geralmente, unidos.
Segurança regular	27 comunidades	A maioria das comunidades indicou como regular em razão da tranquilidade e baixa criminalidade, mas com ausência de qualquer apoio do poder público.
Segurança ruim	12 comunidades	Avaliação justificada pela ausência de segurança pública.
Segurança péssima	19 comunidades	Algumas comunidades citaram que a justificativa da avaliação é de que não existe segurança por parte do poder público. A comunidade “Olho D’água dos Pires” do município de Esperantina ressaltou a existência de roubos frequentes e uso de drogas. Além disso, a comunidade “Compra Fiado” do município de Gilbués informou que a maioria das casas não possuem trancas e são baixas.

Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Além disso, questionou-se acerca da existência de conflitos com comunidades vizinhas. Sobre isso, apenas 4 comunidades afirmaram haver conflitos, são estas: Barra, Potes, Maria, Tapuio e Currealinhos. Os motivos são variados, tais como: necessidade de lenha para cozinhar e os proprietários vizinhos não permitem o recolhimento; disputas de terra; convivência com outra comunidade e; preconceito de raça e cor. Cumprido ressaltar que nove comunidades aduziram desconhecer a existência de conflitos e todas as outras responderam negativamente ao quesito, excetuando-se as respostas em branco.

#### 4.5. Infraestrutura nas comunidades quilombolas

Acerca do acesso à comunidade quilombola, 42 comunidades responderam positivamente pela existência de estradas em bom estado de conservação até o local, no entanto, a comunidade “Silvino” (Município de Betânia do Piauí) ressaltou que as estradas somente são bem conservadas quando não é inverno. Ademais, 39 comunidades avaliaram que o acesso é difícil em razão da não conservação das estradas e duas ressaltaram que o percurso não é encascalhado.

Questionadas sobre a existência de outros problemas relacionados ao acesso, as respostas foram as seguintes:

Tabela 8- Respostas acerca do acesso às comunidades quilombolas

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Resposta</b>
Sumidouro	Queimada Nova	Da cidade até a comunidade é acessível, mas as vias internas são de difícil acesso em 50%.
Periperi	Amarante	Acesso bom em época de estiagem e difícil em tempos de chuvas.
Queimada grande	Isaías Coelho	O acesso somente é possível com veículos com tração nas quatro rodas.
Parentina	Barreiras do Piauí	O acesso somente é possível com veículos com tração nas quatro rodas.
Baixa da Onça	Queimada Nova	No período de chuvas o acesso é difícil.

Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Quanto à avaliação do saneamento básico na comunidade, 40 comunidades alegaram ser “péssimo”, principalmente sob a justificativa de não possuírem saneamento básico ou rede de esgotos e manejo de resíduos sólidos; 20 comunidades classificaram como “ruim”; 17 como “regular” em razão de alguns moradores realizarem seu saneamento e, por algumas casas possuírem banheiros; 5 como “bom” e 1 como “excelente” a qual justificou que o saneamento básico é ótimo.

Cumprido destacar que as comunidades que classificaram o saneamento como “bom” justificaram sua resposta conforme tabela abaixo:

Tabela 9 – Saneamento básico nas comunidades quilombolas

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Justificativa</b>
Olho D’Água dos Pires	Esperantina	Saneamento básico quase inexistente.
Pio IX	São João da Varjota	A própria comunidade que cuida do saneamento, então cuida bem.
Mourões	Colônia do Piauí	Existe empresa de abastecimento de saneamento básico.
Núcleo Fazenda do Meio	Fartura do Piauí	Os moradores cuidam. Além disso, queimam e não deixam o lixo a céu aberto.

Cepisa	São João da Varjota	Possuem acompanhamento de agente comunitário de saúde e, considera que hoje os moradores são um pouco conscientizados.
--------	---------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Dentre as principais reclamações, tem-se a inexistência de rede de saneamento básico e de serviços de coleta de lixo e esgoto. Não há uma destinação correta do lixo da comunidade, sendo parte queimado, como também os esgotos e resíduos são depositados a céu aberto, não havendo fossa para todos.

Ao serem questionadas sobre os problemas que atingem a comunidade, as respostas foram as seguintes:

Figura 4-8 Problemas de infraestrutura que atingem as comunidades quilombolas



Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Nota-se que apenas três comunidades responderam pela presença de outros problemas, são estas: Atrás da Serra, Cepisa e Paulistana. Não obstante, as respectivas respostas foram que “não tem nenhum problema citado”; “há escassez de água no período da seca, mas há ajuda de carro pipa”; “a população toma água de poço e cisterna com água da chuva”.

Por fim, quanto ao acesso de energia elétrica, a maior parte das comunidades não ofereceu resposta, constituindo 74 comunidades. Dentre as 13 comunidades que responderam, 11 alegaram possuir energia elétrica em toda a comunidade e 2 que possuem energia elétrica, mas esta não atende toda a comunidade, são estas, Compra Fiado (Município de Gilbués) e Mucambo (Município Queimada Nova).

#### 4.6. Política de assistência social nas comunidades quilombolas

Relativo à avaliação da Política de Assistência Social nas comunidades quilombolas, tem-se que 18 comunidades avaliaram a política como “péssima”; 16 como “ruim” e 44 como “regular”. Nota-se que dentre as justificativas para tal classificação, a principal é a ausência ou pouca frequência nos atendimentos, não abarcando todos os necessitados. Não obstante, 9 comunidades classificaram como “bom”, nenhuma como “excelente” e uma comunidade (Tranqueira – Valença do Piauí) deixou de responder ao quesito.

Figura 4-9 - Classificação da Política de assistência social nas comunidades quilombolas



Quando questionadas se os programas e serviços de assistência social chegam à comunidade, 24 comunidades responderam que não são atendidos por quaisquer serviços de assistência social; 25 que são assistidos raramente e; 33 apresentaram resposta afirmativa. Contudo, apenas 4 comunidades descreveram como os serviços são efetivados, são estas:

Tabela 10 – Serviços de assistência social nas comunidades quilombolas

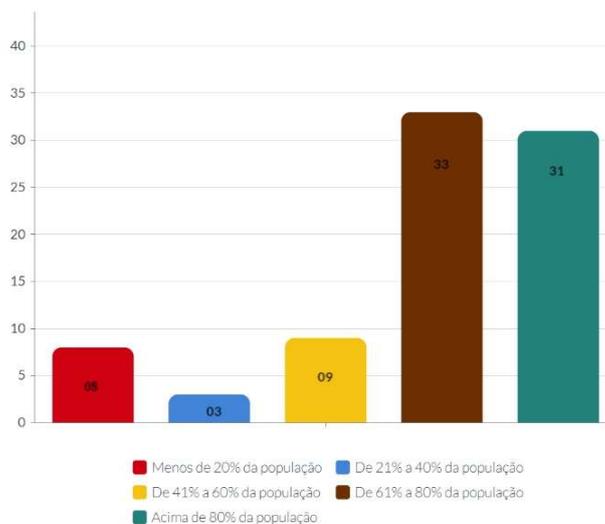
<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Como os serviços chegam na comunidade</b>
Bairro Vermelho	Paulistana	Por meio de encontros de mulheres para palestrar.
Baixa da Onça	Queimada Nova	Com acesso ao programa “Bolsa Família” e encaminhamento de benefício social.
Cepisa	São João da Varjota	Através do Criança Feliz (programa do CRAS).
Santa Maria do Canto	Campo Alegre do Fidalgo	Através de encontros, reuniões, comemorações, crianças, esporte etc.

Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Cumpra-se destacar que quanto ao quesito anterior, seis comunidades apresentaram respostas vazias: Árvore Verde (Município de Campo Largo do Piauí), Lagoas – Núcleo Montes Claros (Município de Várzea Branca), Currálinhos (Município de Esperantina), Ponto Fazenda Frade (Município de Oeiras) e Tranqueira (Município de Valença do Piauí).

Destarte, no que tange ao percentual da população beneficiada por programas de transferência de renda do governo (BPC/ Programa Bolsa Família), as comunidades quilombolas apresentaram os seguintes dados:

Figura 4-10 População beneficiada por programas de transferência de renda do governo nas comunidades quilombolas



Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Questionadas acerca de como as comunidades quilombolas são assistidas pela assistência social, 48 comunidades responderam que “apenas pelo acesso aos programas de transferência de renda”; 27 que “a política de assistência social chega à comunidade quilombola, porém de uma forma muito limitada e precária”; 11 afirmaram que “há oficinas e atividades desenvolvidas pelo CRAS municipal voltadas ao público quilombola”; 8 que “há uma base de proteção básica na comunidade – CRAS” e 5 que “profissionais da assistência Social municipal realizam “busca ativa” na comunidade com intuito de incluir as pessoas que precisam de proteção e promoção social, nas ações socioassistenciais”.

Isto posto, ao serem perguntadas sobre os principais problemas referentes à política de assistência social nas comunidades e, considerando que algumas comunidades marcaram mais de uma opção, as respostas apresentadas foram as seguintes:

Tabela 11 – Principais problemas referentes à política de assistência social nas comunidades quilombolas

<b>Nº de comunidades</b>	<b>Resposta marcada</b>
59	Ausência de profissionais para atendimento à população quilombola.
32	Distância entre os implementadores da política de assistência social e os usuários.
23	Falta de recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades sociais.
15	Nenhum serviço ou programa de assistência social chega à comunidade.
10	Ausência de estrutura física para efetivação dos serviços socioassistenciais que resguarde o sigilo profissional e não exponha o usuário em atendimento.
7	Ausência ou deficiência de conectividade que impeça o cadastramento nos programas de governo.
7	Cortes no orçamento destinados às ações de assistência social.
7	Instabilidade dos profissionais da assistência social que, na sua maioria, são terceirizados.
6	Ausência de profissionais qualificados para o atendimento.

Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

No que tange à existência de projetos relacionados a serviços de assistência técnica e extensão rural, apresenta-se tabela com o espelho dos dados fornecidos pelos líderes quilombolas com a respectiva comunidade dentre as que apresentaram resposta positiva à presença de projeto:

Tabela 12 - Projetos relacionados a serviços de assistência técnica e extensão rural

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Projeto</b>	<b>Nº de famílias beneficiadas</b>	<b>Data de início</b>	<b>Data final</b>
Fortaleza Fazenda Frade	São João da Varjota	Criança Feliz	05	Não informado	Não informado
Chupeiro	Paulistana	Apicultura	13	01/11/2021	Não informado
Saco da Várzea	São José do Piauí	Brasil carinhoso	45	Não informado	Não informado
Caetitu	Curral Novo Piauí	Ouvinos e Caprinos	16	08/08/2017	04/03/2020
Sussuarana	Piripiri	Quintal agroecológico sem assistência técnica	19	01/02/2023	12/10/2023
Tanque de Cima	Acauã	Flor do Cajueiro	22	07/07/2023	07/07/2023
Sumidouro	Queimada Nova	Flor do Cajueiro	13	12/01/2022	Não informado
Olho D'Água dos Pires	Esperantina	Progere II	27	06/01/2021	06/30/2023 (Reposta com provável erro de digitação)
Cepisa	São João da Varjota	Projeto de casas para algumas famílias.	4	04/24/2023 (Reposta com provável erro de digitação)	07/24/2023 (Resposta com provável erro de digitação)
Macacos	São Miguel do Tapuio	Serviço de convivência.	28	01/30/2023 (Reposta com provável erro de digitação)	01/30/2023 (Reposta com provável erro de digitação)
Mourões	Colônia do Piauí	Projeto Agronordeste	8	01/02/2023	01/02/2024
Baixão	Betânia do Piauí	Afirmou que existe um projeto sobre extensão rural, mas que desconhece detalhes sobre o mesmo.	15	Não informado	Não informado
Picos	São João do Piauí	Projeto Quipar	12	08/10/2022	05/13/2023 (Reposta com provável erro de digitação)
Angical	Colônia do Piauí	PAA (Programa de Aquisição de alimentos)	Sem resposta	Não informado	Não informado
Estreito	São João do Piauí	PRONAF	12	Não informado	Não informado

Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Insta consignar que a comunidade “Maria” do Município de Jacobina apresentou número de dez famílias beneficiadas, no período de 04/29/2019 a 07/14/2023 (datas com provável erro de digitação), mas não informou o projeto existente. De igual modo, a comunidade “Saco do Curtume” e “Riacho dos Negros”, ambas do Município de São João do Piauí, informaram as respectivas datas de início (07/07/2023 e 07/25/2023 – provável erro de digitação) e data final (07/07/2023 e 07/25/2023 – provável erro de digitação), sem, contudo, detalhar mais informações.

Acerca da fonte de recursos e entidade executora dos citados projetos, as comunidades ofereceram as respostas abaixo tabeladas. No entanto, nota-se que muitas respostas são inconsistentes, veja-se:

Tabela 13 - Fonte de recursos e entidade executora dos projetos

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Fonte de recursos do projeto</b>	<b>Entidade executora</b>
Caetitu	Curral Novo Piauí	Preparação para um local para o manejo de criação melhor	Emplanta
Sussuarana	Piripiri	Universidade federal delta do Parnaíba	Universidade Federal delta do Parnaíba
Sumidouro	Queimada Nova	FIDA	Flor do Cajueiro
Chupeiro	Paulistana	Governo Estadual	Viva o seminário
Macacos	São Miguel do Tapuio	Não tem conhecimento	CRAS 01 e Serviço de convivência
Maria	Jacobina	Muitos recursos para as famílias	Ótimo desenvolvimento
Mourões	Colônia do Piauí	SEBRAE	SEBRAE
Cepisa	Nenhum	São João da Varjota	CRAS
Baixão	Betânia do Piauí	Não tem conhecimento	Não tem conhecimento
Picos	São João do Piauí	Caixa de Abelhas	CELEO redes
Estreito	São João do Piauí	Apicultura e Apecuária	Banco
Tanque de Cima	Acauã	Não informado	Flor do Cajueiro

Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Neste passo, instadas a avaliar como “eficiente” ou “ineficiente” os projetos mencionados, as comunidades que responderam positivamente para a sua existência elucidaram, em sua maioria, como eficiente, tendo apenas as comunidades “Poço Salgado (Município de João Costa)”; “Saco do Curtume” (Município de São João do Piauí); “Salinas” (Município de Campinas do Piauí) e “Riacho dos Negros” (Município de São João do Piauí) classificado como ineficiente sob a justificativa de que não há assistência e acompanhamento técnico, bem como, há necessidade da comunidade quilombola ser mais assistida. Vale ressaltar, ainda, que dentre estas, somente a comunidade “Saco do Curtume” ofereceu outros detalhes sobre a existência do suposto projeto.

Dentre as maiores carências relacionadas aos projetos de extensão rural e mencionadas pelas comunidades, pode-se citar: falta de técnicos; as informações não chegarem às comunidades; falta de renda e direcionamento; ausência de assessoria técnica; ausência de acompanhamento; carência em relação ao acesso à água; ausência de cursos de melhoria na criação de animais de pequeno porte; pouca relação da assistência social com a comunidade quilombola e; ausência de cursos técnicos para jovens.

Ademais, questionadas acerca da existência de projetos relacionados à assistência técnica e extensão rural que deveriam ter sido implementados e não foram, somente seis comunidades responderam positivamente ao quesito. No entanto, notam-se inconsistências:

Tabela 14 - Projetos relacionados à assistência técnica e extensão rural que deveriam ter sido implementados e não foram

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Projeto não implementado</b>
Barra	Padre Marcos	Um banco de semente
Sussuarana	Piripiri	Projeto Mandacaru, PNHHR
Chupeiro	Paulistana	Água potável, das ovelhas, do trator.
Mourões	Colônia do Piauí	Um poço comunitário e recursos financeiros destinados às famílias para trabalhar com agricultura e pecuária, bem como o acompanhamento da assistência técnica.
Angical	Colônia do Piauí	Na comunidade somos atendidos com programas como PAA e FIDA.
Estreito	São João do Piauí	Cursos de apicultura, manejo com pecuária e irrigação.

Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Outras informações requisitadas acerca dos projetos de extensão rural:

Tabela 15 - Outras informações referentes a projetos de extensão rural

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Pontos positivos e negativos</b>
Caetitu	Curral Novo	Os técnicos se doam em total desempenho para ensinar o manejo dos animais, mas as vezes falta compromisso pela parte do beneficiário.
Barra	Padre Marcos	Valorização da produção local
Sussuarana	Piripiri	Produção boa e trabalho em grupo, mas pouca assistência técnica
Tanque de Cima	Acauã	Ótimo
Sumidouro	Queimada Nova	É positivo na potencialidade da produção e negativo no quesito fomento para que pudesse dar mais sustentação no desenvolvimento das cadeias produtivas.
Olho D'Água dos Pires	Esperantina	Inclusão da juventude no processo produtivo
Chupeiro	Paulistana	Não houve problemas referente ao projeto.
Cepisa	São João da Varjota	Projeto ativo
Macacos	São Miguel do Tapuio	Conhecimento e aprendizado
Maria	Jacobina	Quando, não aprovar a colheita.
Baixão	Betânia do Piauí	Positivo: geração de renda e acompanhamento técnico na comunidade. Negativo: falta de comunicação com as lideranças da comunidade
Picos	São João do Piauí	Positivo: aprenderam coisas que não sabiam, como por exemplo, tirar o mel para vender. Negativo: período da seca a abelha não coloca mel.
Angical	Colônia do Piauí	Trouxe aos moradores a possibilidade de uma nova fonte de renda.
Periperi	Amarante	Falta de recursos.
Salinas	Campinas do Piauí	Financiamento complicado e com gastos altos para manter as contas correntes abertas.
Riacho dos Negros	São João do Piauí	A assistência social possui projetos bons, só não executados.
Fortaleza Fazenda Frade	São João da Varjota	O acesso é ilimitado.
Mourões	Colônia do Piauí	Ponto positivo: acompanhamento técnico. Ponto negativo: falta de estrutura e recursos para o acompanhamento da assistência técnica e a falta de projetos para financiamento na agricultura pecuária.

Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Questionadas se a comunidade possui acesso a créditos e financiamentos voltados à Agricultura Familiar Quilombola, apenas 12 comunidades responderam que "sim", são estas: Veredão, Potes, Olho D'Água dos Pires, Mimbó, Vereda dos Analectos, Maria, Mourões, Marinheiro, Angical, Salinas, Riacho dos Negros e Fortaleza Fazenda Frade. Além disso, instadas a descrever as maiores dificuldades para acessar os citados créditos, pode-se citar: falta de orientação, oportunidade e auxílio técnico, bem como,

burocracia e dificuldade por parte dos bancos; falta de terra e documentos; pouco engajamento do governo e; ausência de financiamento.

Sobre a realização de programas ou direcionamento de recursos voltados para a melhoria habitacional ou construção de casas nos últimos cinco anos, 10 comunidades responderam positivamente, veja-se:

Tabela 16 - Programas ou direcionamento de recursos voltados para a melhoria habitacional ou construção de casas nos últimos cinco anos

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Especificação</b>
Canabrava dos Amaros	Paquetá	Através da prefeitura
Caetitu	Curral Novo	Programa "Minha casa, minha vida".
Barra	Padre Marcos	Banheiros e casas (FUNASA)
Sussuarana	Piripiri	Projeto piloto reforma de dez casas na comunidade.
Cabaceira	Caridade	Um programa de compras diretas e o programa "Minha casa, minha vida".
Potes	São João da Varjota	Programa "Minha casa, minha vida".
Cantinho Corrente	Oeiras	PAA
Marinheiro	Piripiri	Reforma de dez casas.
Angical	Colônia do Piauí	Houve a construção de algumas casas na comunidade advindas de programas habitacionais.
Periperi	Amarante	Projeto melhoria habitacional "DH e Governo do Estado".

Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Isto posto, acerca da realização de projetos culturais direcionados à comunidade quilombola nos últimos cinco anos, 11 comunidades responderam positivamente:

Tabela 17 - Projetos culturais direcionados à comunidade quilombola nos últimos cinco anos

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Especificação</b>
Sumidouro	Queimada Nova	Na comunidade tem projetos culturais como capoeira de quilombo e aula de sanfona. Ressaltasse que esses projetos não são sociais e sim mitigatórios em virtudes de vários empreendimentos de energia renovável no território, no qual as empresas estão condicionadas ao acordo da convenção 169, recompensando a comunidade pelos impactos causados.
Potes	São João da Varjota	Lei Aldir Blanc.
Campo Alegre	Jacobina	A reforma para a casa da Farinha
Olho D'Água dos Pires	Esperantina	Projeto arte, educação e patrimônio.
Cantinho Corrente	Oeiras	PAA

Cepisa	São João da Varjota	Projetos de flores e confecções de bonecas prestas de pano.
Angical de baixo	Paulistana	Violão para o quilombo.
Marinheiro	Piripiri	Lei Aldir Blanc.
Angical	Colônia do Piauí	Recentemente alguns artistas receberam auxílios da lei Aldir Blanc.
Salinas	Campinas do Piauí	SIEC.

Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Não obstante, sobre as maiores dificuldades enfrentadas relacionadas ao incentivo à cultura, nota-se que muitas respostas se repetiram, tais como: falta de recursos, conhecimento, capacitação e oportunidades; ausência de investimento dos gestores nos jovens; ausência de local para que possam ser exercidas atividades; falta de indução ao meio tecnológico e; ausência de estrutura e maquinários.

Neste passo, ao serem perguntadas sobre as áreas em que as políticas públicas ainda precisam ser aprimoradas na comunidade e, considerando que algumas comunidades marcaram mais de uma opção, as respostas apresentadas foram as seguintes:

Tabela 18 - Áreas em que as políticas públicas ainda precisam ser aprimoradas na comunidade

<b>Nº de comunidades que selecionaram a opção</b>	<b>Resposta marcada</b>
55	Desenvolvimento rural
46	Combate à pobreza
67	Apoio à produção e aprimoramento de técnicas de agricultura familiar
36	Proteção/ assistência social
47	Regularização do acesso à terra
54	Saneamento básico
42	Fomento ao acesso à água de qualidade
62	Oficinas e cursos de capacitação profissional
62	Saúde
57	Educação
17	Segurança
46	Infraestrutura

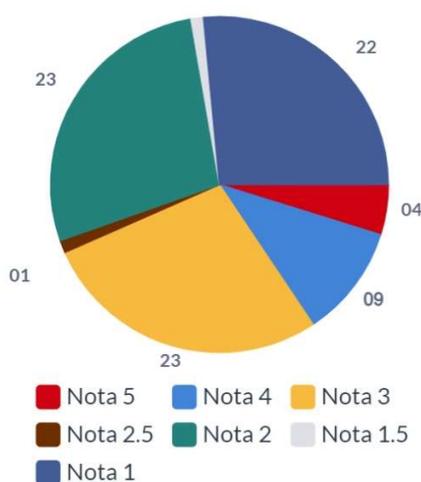
Fonte: Respostas dadas ao Questionário enviado às comunidades quilombolas

Destarte, sobre as principais reivindicações da comunidade quilombola, destaca-se: melhoria na infraestrutura, saneamento básico, estradas e acesso à água; melhoria no acesso à saúde, educação quilombola e cultura; implementação de projetos

voltados ao estímulo da geração de renda, conhecimento e estímulo ao lazer; redução nos valores cobrados na conta de energia e; desburocratização do Sistema de Gestão Pública para que as comunidades venham a ter acesso às políticas públicas.

Por fim, as comunidades foram solicitadas a avaliar a efetividade das políticas públicas na sua comunidade quilombola, atribuindo-lhes uma nota no intervalo de 1 a 5.

Figura 4-11 - Efetividade das políticas públicas na sua comunidade quilombola



## 5. INSPEÇÕES IN LOCO REALIZADAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Nos dias 04 e 05 de setembro de 2023, equipe técnica realizou visitas em Núcleos Quilombolas localizados no Território Lagoas, a fim de validar algumas informações apuradas através dos questionários. A seguir, traz-se o detalhamento das situações verificadas nessas visitas:

## 5.1. Núcleo Xique Xique – Município de São Lourenço



Chamou-nos atenção neste núcleo um número elevado de pessoas sem documentos de identificação (RG, CPF, CTPS), principalmente carteira de Trabalho. Fomos informados que este fato ocorre devido a população não achar necessário e não precisar deste documento.

Quanto às atividades econômicas desenvolvidas na comunidade constatou-se que, apesar da agricultura e apicultura serem as principais atividades, não há qualquer incentivo por parte do governo.

Também se identificou a inexistência de escolas na comunidade, ficando a mais próxima em Queimada da Roça, a 12 km. Ademais, verificou-se que os professores da região desconhecem as Diretrizes Curriculares nacionais para a educação Escolar Quilombola. Não há educação para jovens e adultos, de modo que os alunos que cursam o ensino médio precisam se deslocar para o município de São Lourenço.

Constatou-se, ainda, o risco de desmatamento das terras da comunidade para exploração da mineração. No tocante ao acesso, fomos informados que em época de chuvas intensas o acesso à comunidade fica prejudicado, inclusive o deslocamento dos alunos para as cidades vizinhas, onde estudam.

Quanto aos serviços de saúde prestados na comunidade, tem-se que o posto de saúde fica em Queimada da Roça, onde o médico atende uma vez por mês, durante

o turno da tarde. Há ambulância em São Lourenço, que fica a 24 km, e atende a população da comunidade, quando necessário. O consultório odontológico também fica em Queimada da Roça e o dentista atende somente uma vez por semana, no turno da manhã.

No tocante à política de assistência social, atestou-se que a comunidade nunca foi visitada por equipe de assistência social. Além disso, o CRAS, que fica em São Lourenço, não oferece oficinas para a população.

A maioria da população da comunidade tem como renda mensal o bolsa família e não há qualquer incentivo à agricultura familiar.



## 5.2. Núcleo Angical – Município Fartura do Piauí

Na visita ao Núcleo Angical, verificou-se que a escola é mantida pela igreja evangélica (os alunos frequentam as escolas do município e no contraturno frequentam a escola evangélica).

Quanto à disponibilização de serviços à população, fomos informados que não há por parte dos governantes, consulta prévia para detectar as necessidades da população.

No que se refere aos serviços de saúde, verificou-se que, quando há necessidade de ambulância para deslocamento de alguém da comunidade, a solicitação é feita ao município de Fartura. Ademais, os agentes de saúde não vão à comunidade, nem mesmo para visita aos idosos. Do mesmo modo, a aplicação de vacinas também só é disponibilizada no município de Fartura, que fica a 14km da comunidade.

No tocante à agricultura praticada na comunidade, não há qualquer incentivo à irrigação, que é insuficiente para a produção, havendo necessidade de investimentos por parte do poder público. Além da agricultura, a população desenvolve também a apicultura.

Em relação à documentação, a maioria da população do núcleo informou não ter CTPS por não sentir necessidade.

### 5.3. Núcleo Lagoa das Emas – Município São Raimundo Nonato

No tocante à educação, verificou-se no referido núcleo a existência de turmas de Pré-Escolar I e II (crianças de 5 e 6 anos), que é um anexo da escola de Lagoa da Firmeza, onde a maioria das crianças da comunidade estuda (Unidade Escolar José Pereira Bons Olhos). As crianças se deslocam para a escola em transporte escolar, o qual não é adequado para o período chuvoso devido ao acesso difícil à comunidade e, também, à má conservação do transporte. Quando o transporte quebra, as crianças não conseguem ir à escola.

Em relação ao serviço de saúde, constatou-se que o posto de saúde mais próximo fica a 8 km da comunidade e o atendimento é apenas às sextas feiras pela manhã. Há mais de 6 anos não possuem posto de saúde na comunidade.

Quanto ao abastecimento de água, tem um poço tubular de 1000 litros e 5 carros pipas durante o mês para atender às 30 famílias residentes na comunidade.

O lixo fica a céu aberto ou é queimado. Os serviços socioassistenciais não chegam à comunidade



## **6. CONCLUSÃO**

Com o intuito de conhecer a realidade das comunidades quilombolas no Estado do Piauí e propor melhorias foi realizado um diagnóstico qualitativo e quantitativo sobre a questão social e as condições de vida dos membros dessas comunidades.

Os resultados obtidos do presente levantamento demonstram que as comunidades quilombolas têm vários desafios no que tange ao acesso às políticas de saúde, lazer, habitação, saneamento básico, geração de emprego e renda, educação e assistência social.

Restou evidenciada a inexistência de políticas públicas específicas contextualizadas e voltadas para a população quilombola no âmbito do estado do Piauí, o que pode estar diretamente relacionado ao despreparo dos elaboradores das políticas públicas, que deixam de considerar as diversidades sociais, regionais e identitárias que compõem a população brasileira, levando a uma barreira ideológica entre a realidade dos grupos minoritários e a proposta idealizada nas políticas sociais.

Verificou-se, ainda, que não existe destinação direta de recursos estaduais e/ou municipais para as comunidades quilombolas, bem como aplicação adequada de recursos na promoção de melhorias nos serviços nas principais funções de governo vigentes, privando essas comunidades de políticas públicas básicas.

Constatou-se, outrossim, uma preocupante lacuna no conhecimento por parte de alguns membros dessas comunidades em relação aos direitos constitucionalmente assegurados a eles. Esta ausência de informação adequada e suficiente tem levado, em muitos casos, à perda dos benefícios e à falta de acesso à proteção social proporcionada pelas políticas assistenciais do governo. A dificuldade de acesso a essas políticas de assistência social agrava ainda mais a situação, destacando a necessidade premente de iniciativas educacionais e informativas que visem capacitar e empoderar as comunidades quilombolas, garantindo assim o pleno exercício de seus direitos fundamentais e o fortalecimento das políticas de inclusão social no estado do Piauí.

Com base neste levantamento realizado nas comunidades quilombolas do Piauí, diversos temas emergiram como áreas críticas que merecem uma atenção mais

detalhada por parte de futuros processos de fiscalização neste Tribunal. Esses temas podem incluir:

- 1. Participação e Inclusão:** A baixa participação das comunidades quilombolas no planejamento governamental é um problema central. Futuras fiscalizações podem explorar como garantir uma maior inclusão dessas comunidades nas decisões políticas e no processo de elaboração de políticas públicas.
- 2. Alocação de Recursos:** A identificação de que apenas um número limitado de comunidades recebeu dotação específica do governo indica a necessidade de verificar como os recursos são alocados e distribuídos entre as comunidades quilombolas, bem como garantir que sejam direcionados para melhorar suas condições de vida.
- 3. Educação e Infraestrutura Escolar:** A presença de escolas com infraestrutura inadequada e problemas relacionados à merenda escolar levanta preocupações sobre a qualidade da educação fornecida nas comunidades quilombolas. Futuras fiscalizações podem investigar a melhoria das condições das escolas e a qualidade do ensino.
- 4. Saúde e Acesso a Atendimento Médico:** O acesso limitado a serviços de saúde e as deficiências nos atendimentos médicos são áreas críticas que precisam de atenção. Auditorias futuras podem se concentrar na expansão dos serviços de saúde e na melhoria da qualidade do atendimento.
- 5. Segurança:** A variação na avaliação da segurança em diferentes comunidades indica a necessidade de examinar os fatores que contribuem para a segurança ou a falta dela, bem como avaliar a eficácia das medidas de segurança implementadas pelo poder público.
- 6. Infraestrutura de Transporte:** As dificuldades de acesso devido às condições das estradas são um desafio significativo. Futuros processos de fiscalização podem explorar como as estradas são mantidas e melhoradas para garantir um acesso adequado às comunidades quilombolas.

- 7. Saneamento Básico:** A classificação predominantemente baixa do saneamento básico destaca a importância de fiscalizar os esforços para fornecer acesso adequado a saneamento, tratamento de resíduos sólidos e rede de esgotos nessas comunidades.
- 8. Política de Assistência Social:** As avaliações mistas da política de assistência social sugerem a necessidade de uma auditoria mais detalhada para identificar as deficiências e garantir que os programas alcancem efetivamente as comunidades quilombolas.
- 9. Acesso a Crédito e Financiamento:** Apenas um número limitado de comunidades tem acesso a créditos e financiamentos voltados para a Agricultura Familiar Quilombola. Auditorias futuras podem investigar como expandir o acesso a esses recursos, promovendo o desenvolvimento econômico das comunidades.
- 10. Reivindicações das Comunidades:** As principais demandas das comunidades quilombolas, como melhoria na infraestrutura, acesso a serviços básicos e estímulo à geração de renda, podem ser o foco de auditorias para garantir que as políticas públicas atendam adequadamente a essas necessidades.

Em resumo, os dados obtidos neste levantamento apontam para uma série de desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas do Piauí. Esses desafios podem servir como diretrizes importantes para futuros processos de fiscalização, a serem incluídos no próximo Plano Anual de Controle Externo (PACEX) visando melhorar as condições de vida e a inclusão social dessas comunidades.

#### 6.1. Da colaboração, da inclusão e do diálogo nas políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas

Com base nas constatações e análises realizadas ao longo deste processo de levantamento, torna-se evidente que a ausência de um órgão ou gabinete interinstitucional dedicado às comunidades quilombolas no estado do Piauí representa uma lacuna significativa no sistema de governança e na formulação de políticas públicas. A criação de um gabinete horizontal, envolvendo órgãos governamentais e não governamentais interessados na temática quilombola, emerge como uma recomendação crucial.

Tal gabinete ou rede interinstitucional teria a responsabilidade de promover a articulação e a cooperação entre diversos atores envolvidos, visando à construção de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às necessidades das comunidades quilombolas. Este órgão poderia estabelecer ações específicas e abrangentes, considerando as complexas diversidades sociais, regionais e identitárias que caracterizam a população quilombola no Piauí.

Além disso, a criação desse gabinete estaria em conformidade com os preceitos da Convenção 169 da OIT, que impõe a obrigação de consulta prévia, livre e informada às comunidades tradicionais afetadas por empreendimentos, obras, medidas administrativas e legislativas. Isso garantiria que as vozes das comunidades quilombolas fossem ouvidas e levadas em consideração em todas as etapas do planejamento e implementação de políticas e projetos que impactam suas vidas.

Portanto, diante das evidências apresentadas neste levantamento, é imperativo que o estado do Piauí considere a criação desse gabinete interinstitucional para as comunidades quilombolas. Esta medida não apenas fortalecerá a inclusão social e a igualdade de oportunidades para essas comunidades historicamente marginalizadas, mas também demonstrará o compromisso do governo com os princípios de justiça, participação e respeito aos direitos humanos.

## **7. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS**

Considerando que o processo de levantamento não acarreta sanções e dispensa a citação dos gestores (art. 6º, § 3º, da Resolução TCE/PI n.º 010/2020), a Diretoria de Fiscalização de Políticas Públicas requer a submissão do relatório ao Plenário para conhecimento e deliberação quanto às seguintes sugestões de encaminhamento:

- a) Envio dos autos ao Ministério Público de Contas para ciência, por força do disposto no artigo 247 do RITCE, com vistas à adoção das providências que entender cabíveis;

- b) Promover a divulgação dos resultados, inclusive dos painéis/infográfico decorrentes deste trabalho, nos meios de comunicação, site institucional e redes sociais do TCE/PI, a fim de oferecer ao cidadão acesso à informação clara e de fácil compreensão, com vistas ao fortalecimento do controle social;
- c) Envio do Relatório de Levantamento à Secretaria Estadual de Assistência Social – SASC, à Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI, à Secretaria de Estado das Relações Sociais, à Superintendência de Promoção de Igualdade Racial e Povos Originários – SUIRPO, à Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ, ao Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social do Estado do Piauí – COEGEMAS/PI, às Promotorias do Ministério Público do Estado do Piauí cujas temáticas abrangem matérias relacionadas às questões abordadas neste relatório no tocante às comunidades quilombolas, e à Defensoria Pública do Estado do Piauí, para tomarem ciência das informações levantadas;
- d) Sugerir ao Governo do Estado do Piauí a criação do gabinete objeto do item 6.1 deste Relatório;
- e) Dar ciência ao Chefe do Poder Executivo Estadual, bem como o Secretário Estadual de Educação do Estado do Piauí sobre a necessidade de implementação da Lei 10.639/2003, alterada pela Lei 11.645/2008, relativa ao ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e das Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola, de modo a garantir o direito à educação específica e diferenciada para as comunidades quilombolas em seus territórios;
- f) Na sequência, encaminhar para arquivamento, considerando que o conhecimento produzido será utilizado como subsídio para as futuras fiscalizações desta Corte de Contas.

É o relatório.

Teresina (PI), 23 de outubro de 2023.

**Flávia Laíssa Rocha Moraes**

Auditora de Controle Externo – Área Jurídica  
Matrícula 97.845-0

**VISTO:**

**Ângela Vilarinho da Rocha Silva**

Auditora de Controle Externo – Chefe da DFPP4

**Gilson Soares de Araújo**

Auditor de Controle Externo - Diretor da DFPP